

A metrópole e a região na Amazônia: uma análise da centralidade de Belém

La metrópolis y la región en Amazonia: un análisis de la centralidad de Belém

Metropolis and region in amazon: an analysis of the centrality of Belem

Márcio Douglas Brito Amaral
Universidade Federal do Pará
marcioamaral@ufpa.br

Thiago Alan Guedes Sabino
Universidade Federal do Pará
thiagoolan2000@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo *analisar a relação entre metrópole e região na Amazônia a partir do entendimento da rede de abastecimento e distribuição da Central de Abastecimento do Pará, a CEASA em Belém*. Procura-se sustentar que, por mais que a metrópole seja vista como um centro urbano relacional, não se pode desprezar o fato de que ela ainda desempenha funções tradicionais, especialmente no que se refere à mediação de fluxos de mercadorias produzidas, na grande maioria, em outras regiões do país. Não se trata simplesmente de concebê-la como um entreposto, mas de sugerir a necessidade de pensar a acumulação no processo de circulação como parte do processo geral de produção da mercadoria. Dentre os principais resultados do trabalho podemos destacar: 1. Identificou-se como principal rede de abastecimento da CEASA de Belém em primeiro lugar, o próprio Estado do Pará, com destaque para a região do nordeste paraense; em segundo lugar, a região do vale do rio São Francisco, especialmente os estados de Pernambuco e Bahia; em terceiro lugar, o Estado de São Paulo, destacando os fluxos intermediados pela Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP); e, por fim, os fluxos provenientes dos Estados de Goiás e Minas Gerais. 2. Demonstrou-se como principal rede de distribuição da CEASA de Belém as regiões do nordeste paraense, o arquipélago do Marajó e o baixo Amazonas, o Estado do Amapá, o Oeste do Estado do Maranhão e Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Palavras-chave: Metrópole, região, rede de distribuição e abastecimento, Amazônia, Belém.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar la relación existente entre la metrópolis y la región en la Amazonia basado en la comprensión de la red de suministro y distribución de la Central de Abastecimiento do Pará, CEASA de Belém. Se busca sostener que, a pesar de que la metrópolis sea vista como un centro urbano relacional, no se puede ignorar que ella sigue desempeñando funciones tradicionales, sobre todo en los flujos de mediación de los bienes producidos, en la gran mayoría, en otras regiones del país. No es simplemente concebirla como un almacén, pero sugerir la necesidad de pensar en la acumulación en el proceso de circulación como parte del proceso general de producción de bienes. Entre los principales resultados de la investigación se destacan: 1. Se identificó como principal red de suministro de CEASA de Belém, en primer lugar, el estado de Pará con destaque para la región noreste del estado; en segundo lugar, la región del Valle del Río São Francisco, especialmente, los estados de Pernambuco y Bahia; y, en tercer lugar, el estado de São Paulo, destacando los flujos intermediados por la *Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo* (CEAGESP); y los estados de Goiás y Minas Gerais; 2. Se expuso como principal red de distribución de CEASA de Belém las regiones del noreste de Pará, el archipiélago de Marajó y el Baixo Amazonas, además el estado de Amapá, el oeste del estado de Maranhão y Manaus, la capital del estado de Amazonas.

Palabras clave: Metropolis, región, red de suministro y distribución de CEASA, Amazonia, Belém.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between metropolis and region in Amazon based on the understanding of the supply and distribution processes in regard to `Vegetables and Fruits Warehouse (CEASA) of the State of Para located in Belem city as a network node. It is argued that even though the metropolis is seen as a relational urban center, one cannot disregard the fact that it still performs traditional functions, especially mediating good flows mostly produced in other regions of the country. It is not simply realized as a warehouse, but, the need for thinking of it over the accumulation process in the overall circulation of goods. The main outcomes of this study are highlighted as follows. In regard to the supply sources for the Ceasa, in Belem, it was identified that the northeastern region of Para State has been by far the most prominent supplier for the CEASA network; secondly, followed by Para state the Valley of Sao Francisco River, specially Pernambuco and Bahia states; thirdly, São Paulo state, with goods circulation being negotiated by the *Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo* (CEAGESP); fourthly, Goias and Minas Gerais states were found as last but not least as a key suppliers. In regard to Belem city as `goods distributor` in the network through the CEASA system, it was identified to five main receiving areas as sequentially follows: the archipelago of Marajo and Baixo Amazonas, Amapá state, the west region of Maranhao state, and Manaus the capital of Amazonas state.

Keywords: Metropolis, region, supply and distribution network of CEASA, Amazonia, Belem.

Este artigo busca analisar a relação entre metrópole e região na Amazônia, tendo como base o entendimento da rede de abastecimento e distribuição da Central de Abastecimento do Pará (CEASA). O objetivo é mostrar a centralidade urbana exercida pela metrópole de Belém, considerando seu papel de mediação no processo de circulação dos produtos hortifrutigranjeiros dentro da região amazônica.

Procura-se mostrar, por um lado, que os estudos que postulam a perda de importância da metrópole de Belém dentro da Amazônia apresentam sérias limitações, ao menos quando se considera o papel exercido pela CEASA na distribuição de mercadorias dentro da região. Por outro, aqueles que ainda defendem a permanência da centralidade da metrópole acabam enfatizando o papel de centro urbano relacional e desconsideram determinadas funções tradicionais, como a de entreposto comercial.

Desde a década de 1960, sobretudo após a construção da rodovia Belém-Brasília, observam-se mudanças significativas na relação da metrópole com a região. No contexto do avanço da fronteira econômica, elas reestruturaram a Amazônia e permitiram a integração ao mercado nacional e à acumulação do capital.

De acordo com Machado (1999), entre 1966 e 1985, o governo federal direcionou esforços para promover a colonização dos trópicos com a intenção de remediar a estagnação que abateu a economia regional. Para isso, lançou mão de duas estratégias importantes: primeiro, a subordinação dos projetos de colonização regional ao projeto de modernização econômica e institucional mais amplo; segundo, o uso de redes técnicas modernas para estimular e viabilizar a mobilidade de capitais e de imigrantes às novas frentes de povoamento.

Como resultado dos investimentos federais na região, verificou-se a alteração na distribuição espacial do povoamento nas décadas seguintes. Ao invés da rede fluvial, o “atrator” principal passou a ser a rede rodoviária. As estradas pioneiras recebiam imigrantes dirigidos e espontâneos, permitindo a ocupação das áreas de terra firme e o aparecimento de novas aglomerações sob a forma de cidades. Na verdade, a experiência amazônica mostra a gênese quase instantânea, no território, de um sistema urbano que é, ao mesmo tempo, produto e condição do sistema de povoamento regional (MACHADO, 1999).

No período atual, segundo aponta Becker (2005), em que novas dinâmicas se impõem à região – a expansão da atividade madeireira moderna no leste do Pará, a agroindústria em Mato Grosso, o garimpo, a criação de novos municípios, o crescimento de pequenas e médias cidades, entre outras – verificam-se novos padrões urbanos contemporâneos, que necessitam de estudos mais detalhados. A colonização dirigida em Rondônia deu origem a um adensamento de cidades que formou um subsistema espacial de Vilhena a Porto Velho, núcleos urbanos baseados na economia madeireira e leiteira; no Pará, o adensamento de cidades ocorreu no sudeste do Estado, de Marabá à Redenção, interiorizando uma urbanização antes restrita a Belém-Brasília; e, em torno de São Luiz, Palmas e Mato Grosso, emergiram subsistemas urbanos.

Além das mudanças arroladas por Becker (2005) e Machado (1999), destacam-se as transformações que vêm ocorrendo na relação estabelecida entre Belém e Amazônia, considerando o papel tradicional exercido pela metrópole no

processo de abastecimento e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, via CEASA, dentro da região. A questão levantada é: as transformações que atingem a região desde a inserção no processo de expansão econômica recente do capitalismo no território brasileiro, particularmente no que tange ao abastecimento e a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, têm impactado a centralidade de Belém ao ponto de se ventilar a perda de importância desta metrópole?

A perda de importância da metrópole de Belém dentro da região amazônica: um lugar comum nos estudos recentes

Ao analisar as transformações ocorridas na dinâmica regional que afetaram diretamente a estruturação da rede urbana, Corrêa (1989) aponta como uma das características importantes à ratificação da tendência a urbanização concentrada. Além das duas metrópoles regionais (Belém e Manaus), as capitais estaduais entraram em ascensão, influenciadas pela ação do Estado, que estabeleceu um número amplo de instituições vinculadas às novas atividades implantadas ou em implantação na região, e pela ação das empresas privadas, que foram atraídas tanto para as atividades regionais, quanto pela possibilidade de investimento em comércio e serviços para atendimento da população local. Por mais que este seja um clássico nas pesquisas sobre a região, não devemos fechar os olhos para um lugar comum nos estudos recentes: *o postulado da perda de importância da metrópole de Belém dentro da região amazônica*.

Browder e Godfrey (2004), por exemplo, mostram a desestruturação da “geografia comercial” episódica, em que a região pouco urbanizada apresentava um extensivo sistema de assentamentos ligados e concentrados nas duas grandes metrópoles, Belém e Manaus. Em decorrência da maior integração econômica regional, instaurou-se um sistema urbano mais extensivo e diversificado, que estreitou o abismo entre os níveis superiores e inferiores da rede urbana e apresentou a tendência ao assentamento da população urbana em pequenas e médias cidades. Isto, por sua vez, não significou que os grandes centros urbanos regionais não tenham mantido a tendência ao crescimento contínuo, inclusive, com a formação de regiões metropolitanas que se estendem por dezenas de quilômetros do centro, como é o caso da Região Metropolitana de Belém. Apesar disso, é importante frisar que a expansão com as maiores taxas de crescimento urbano ocorreu no interior da fronteira: no estado do Pará, entre as cidades de Marabá e Redenção, e em Rondônia, entre Porto Velho e Vilhena.

Becker (2004) mostra a partir dos níveis de centralidade das cidades e subsistemas urbanos que o conjunto de cidades da Amazônia Legal se caracteriza pela presença de poucos centros com centralidade expressiva e por um grande número de cidades com fraca e muito fraca centralidade. Dessa forma, afirma que apenas três cidades podem ser definidas como metrópoles: Manaus (1.394.734 habitantes), Belém (1.754.099 habitantes) e São Luís (835.325 habitantes). As

demais capitais estaduais têm centralidade muito reduzida e estão submetidas a essas metrópoles ou a outras cidades de fora da região.

Além disso, identifica cinco subsistemas no que se refere à rede urbana regional e área de influência: três subsistemas regionais, comandados por Manaus, Belém e São Luís; e dois subsistemas subordinados aos sistemas de São Paulo e Goiânia, que em Cuiabá, Imperatriz e Araguaína seus centros de segunda ordem. Com base no estudo Regiões de Influência de Cidades (REGIC), a autora afirma que os subsistemas apresentam áreas e alcances espaciais diferenciados. No caso de São Luís, está limitado ao seu próprio estado; no de Manaus, observa-se o maior alcance espacial, incluindo áreas do Acre, Rondônia e Roraima, inclusive adentrando no oeste do Pará; quanto ao subsistema de Goiânia, atinge o Tocantins e pequenas porções do Pará e do Maranhão.

Conforme demonstra Becker (2005), é bastante visível a disputa pelo comando do espaço regional nas interseções existentes entre os subsistemas. Das interseções apontadas pela autora, duas são importantes para visualizar a relativa fragilidade do papel de comando desempenhado por Belém dentro da região: 1) interseção de Manaus e Belém, que disputam a área de influência do Vale do Amazonas, mais precisamente as cidades de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Prainha; 2) interseção de Belém e Goiânia/Brasília no sudeste do Pará, com destaque para o último subsistema que expandiu o comando para Parauapebas e São Félix do Xingu. A terceira está mais relacionada à Manaus e à disputa pelo subsistema subordinado a São Paulo, cujas cidades de Cacoal, Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste, Cerejeira e Colorado do Oeste são pontos importantes da influência direta da metrópole global em Rondônia.

Sathler, Monte-Mor e Carvalho (2009), ao analisarem o que definem como o real significado das relações entre as cidades da região amazônica com base nas informações apresentadas pelo IBGE (2008), afirmam que apesar da rede urbana regional ter uma hierarquia urbana aparentemente similar à das demais regiões do Brasil, com centros regionais e locais visivelmente distinguíveis, não se pode deixar de considerar que as dinâmicas demográficas, socioeconômicas e espaciais são distintas. Segundo os autores, deve-se esclarecer que por mais que tenha ocorrido uma expansão urbana e demográfica na Amazônia ela foi mais intensa ao longo das rodovias e concentrada nas porções Sul, Sudoeste e Leste da região, e nos contornos do rio Amazonas até Manaus. Grande parte da região permaneceu pouco ocupada, especialmente o Sudoeste do Pará, grande parte do Amazonas e da margem superior do rio Amazonas, do Sul de Roraima até o Norte do Amapá. Dessa forma, é equivocado dizer que as cidades amazônicas não estão mais organizadas num modelo simplificado de rede urbana, cujo rompimento ocorreu com a presença de cidades médias e com o crescimento econômico de alguns pequenos municípios.

Para os autores, é preciso considerar a situação de fragilidade das redes urbanas amazônicas. Isso se deve principalmente à existência de impedimentos ao

fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, tais como: as grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas; a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação na maior parte do território amazônico; e, a grande população desprovida de recursos materiais e educacionais fundamentais para permitir o seu acesso nos diferentes tipos de fluxos.

Face a esta situação, Sathler, Monte-Mor e Carvalho (2009) argumentam que Belém e Manaus não têm condições de organizarem o território amazônico, fazendo intermediação dos pequenos e médios núcleos com o restante do país, da América do Sul ou do mundo. Todos os dados por eles analisados indicam a fragilidade dessas metrópoles em ordenar a rede urbana regional.

A hipótese da perda de importância da metrópole de Belém ou, em outros termos, a baixa capacidade de fazer a mediação entre a região amazônica e o mundo pode ser verificada de forma mais precisa e explícita no conhecimento produzido pelas grandes instituições que dão suporte às políticas públicas voltadas ao planejamento do desenvolvimento do país. Neste sentido, a primeira pesquisa aqui analisada foi realizada em conjunto pelo IPEA, IBGE e UNICAMP (2002) com o objetivo de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e execução de uma política urbana nacional, além de subsidiar as políticas públicas de caráter setorial e territorial.

A pesquisa construiu uma análise profunda da configuração atual e das tendências de evolução da rede urbana brasileira com ênfase nas transformações demográficas, funcionais e espaciais. A hipótese central é que a reestruturação econômica em curso no Brasil produziu uma urbanização heterogênea e diversificada, cujas principais características são a interiorização do fenômeno urbano, a rápida urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento de cidades médias, a expansão da periferização dos centros urbanos e a formação e consolidação de centros urbanos metropolitanos e não-metropolitanos.

Para a Amazônia, acompanhando o raciocínio geral desenvolvido para o país, o estudo demonstra que, com o esgotamento da economia da borracha, cujo funcionamento era a principal fonte de monetarização dos espaços econômicos, a região passou a ser pressionada pela dinâmica de modernização da indústria e da agricultura do Sudeste e pelos efeitos dela decorrentes em termos de reorganização geográfica da produção, sob forte intervenção do Estado. A nova estrutura produtiva aumentou a presença das chamadas “territorialidades formais” na tomada de decisões e fortaleceu as capitais, que se tornaram espaços privilegiados para a articulação dos interesses econômicos e políticos.

Assim, as capitais estaduais passaram a concentrar as principais estruturas decisórias no interior da rede de cada estado. Isso resultou na emergência de fluxos mais frequentes e intensos entre a capital e as demais cidades, não apenas em função do peso político exercido pela capital, mas também pelo avanço do significado econômico de cada capital para sua “região estadual”. Quanto à

Manaus e Belém, pode-se dizer que já não organizam mais a vida econômica da região Norte. As metrópoles distribuem serviços para uma área cada vez mais reduzida do espaço regional, inclusive, dentro de seus próprios estados e, em relação aos serviços mais especializados, acabam desempenhando o papel de núcleo metropolitano (Belém) ou de centro regional (Manaus).

Belém, que antes desempenhava o papel de cidade primaz dentro de uma rede urbana dendrítica, tem o papel alterado em função de novas relações e nós que refazem as relações com a rede urbana nacional. Primeiro, sua área de influência é redimensionada devido ao aparecimento de novas áreas regionais submetidas à influência de outros centros que produzem subsistemas regionais, como é o caso de Rondônia, Acre e Amazonas. Segundo, o Pará, em função da posição herdada de configurações urbanas pretéritas, avança no fortalecimento de uma rede urbana regional mais complexa, em que Belém aparece como núcleo central, decorrente da posição na configuração da região metropolitana e da área de influência sobre importantes subsistemas em que aparecem cidades como Santarém, Itaituba e Marabá. Distanciando-se da área de influência da região metropolitana, Marabá e Itaituba exercem importantes papéis como nódulos de configuração sul da rede urbana regional, principalmente ao longo dos eixos rodoviários. Já Santarém coloca-se num papel mais amplo ao posicionar-se como nódulo na ligação entre as áreas de influência de Belém e Manaus, principalmente ao longo da malha fluvial.

O segundo estudo importante para nossa reflexão foi realizado pelo IBGE (2008), denominado Regiões de Influência das Cidades 2007 (REGIC), cujo objetivo central é investigar os níveis superiores da rede urbana a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços. Em termos mais específicos, busca, de um lado, identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e onde é exercido o comando em uma rede de cidades; e, de outro, identificar os níveis mais baixos da rede e a delimitação das regiões de influência.

No estudo, a Amazônia aparece como a região brasileira que mais se transformou nas últimas três décadas, acompanhando de perto o processo de ocupação do território nacional. Enquanto no topo da rede urbana brasileira se verificou poucas alterações no período – como a ascensão de Manaus e Brasília à condição de metrópole –, na região amazônica emergiram diversos centros, principalmente na escala intermediária: as capitais regionais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá (PA), Santarém (PA), Macapá (AP) e Imperatriz (MA); e os centros sub-regionais - Sinop (MT), Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, em Rondônia, Tucuruí, Paragominas e Itaituba, no Pará.

Para o IBGE (2008), as principais mudanças ocorreram em função do adensamento ou da emergência de redes em áreas anteriormente rarefeitas e devido ao fortalecimento das capitais estaduais. Dessa forma, algumas mudanças que apareciam como tendências no estudo anterior (1993), acabaram se consolidando e provocando alterações na estrutura da rede. No caso específico de Belém,

consolidou-se a tendência da perda de influência direta na área de Redenção (PA), centro sub-regional que passou a ser influenciado diretamente por Araguaína (TO) e Marabá (PA), e de Imperatriz (MA), que passou a se ligar diretamente à capital regional de São Luís (MA). Já no oeste do Pará, Belém teve sua hegemonia garantida, principalmente junto às cidades de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Prainha, área que aparecia com forte intersecção entre Belém e Manaus no Regic anterior.

O terceiro estudo analisado foi realizado por Brasil (2008) e tem como título Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento. Sua preocupação central é propor uma nova organização do território brasileiro e a construção de uma regionalização nas escalas macrorregional e sub-regional, capaz de propiciar e subsidiar a escolha e a localização de investimentos junto com a articulação de políticas públicas. Diferente de outros trabalhos realizados pelo Estado para subsidiar políticas públicas de planejamento do desenvolvimento territorial, este busca utilizar critérios econômicos, ambientais e sociopolíticos para a definição das regiões. O estudo enfatiza o papel desempenhado pelas cidades nesse processo, devido à força polarizadora em determinadas áreas de influência, e aposta em estratégias de desconcentração com desenvolvimento mais equilibrado, o que exige que se proponham novos polos dentro de uma concepção de rede policêntrica de cidades. Cabe destacar que, nessa perspectiva, tanto o território quanto a regionalização tornaram-se o centro das políticas de planejamento, que não devem mais ser pensadas e praticadas de forma fragmentada/setorizada (urbano, regional, ambiental etc.). Ao contrário, precisam ser concebidas dentro de uma visão totalizadora e relacional, demandando, portanto, a elaboração de uma nova regionalização.

A Amazônia Legal foi separada em diversos “territórios estratégicos” com suas respectivas macrorregiões, macropolos e subpolos que interessam mais de perto a presente análise. O primeiro desses territórios é o “Bioma Florestal Amazônico”, uma área de baixo nível de ocupação humana com alguns desafios principais. É necessário compatibilizar o aproveitamento da biodiversidade com a sustentabilidade e a geração de riqueza e renda, além de impedir a antropização, por meio da criação de novas cidades com os padrões produtivos existentes na região, especialmente, o da agropecuária.

Dentro desse bioma encontra-se a macrorregião polarizada por Manaus, parte dos onze macropolos consolidados do Brasil (junto com Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza). Ela possui significativa força ordenadora de seu entorno, mas ainda assim deve receber investimentos no sentido de redirecionar seu crescimento para promover a integração regional, a pesquisa concentrada no aproveitamento dos recursos naturais (conhecimento endógeno com forte incorporação de valor ambiental) e o turismo ecológico, tornando-se um paradigma de “cidade da floresta”.

O estudo propôs ainda o fortalecimento de uma rede de subpolos¹ seguindo os contornos da floresta (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Boa Vista e Macapá) e os extremos da rodovia Cuiabá-Santarém (Sinop e Santarém). Os subpolos funcionariam como “centros de controle geopolítico”, uma forma de impedir a ocupação predatória da floresta e garantir o controle territorial da região, e como “centros geradores de conhecimento”, servindo de suporte à produção de conhecimentos com base no mais recente padrão científico e tecnológico.

O segundo território é “Litoral Norte-Nordestino”, área de ocupação antiga caracterizada por apresentar elevado grau de urbanização, alta densidade demográfica e baixo nível de renda. Por reunir grandes metrópoles (Salvador, Recife e Fortaleza), além de grandes e médias cidades, não se deve induzir ainda mais o seu crescimento urbano. Porém, pela escala da urbanização que apresenta pode ser considerada uma área propícia a programas de desenvolvimento, fundados no padrão urbano-industrial com a presença de atividades de serviços e com o turismo.

A macrorregião bipolarizada² por Belém e São Luís faz parte desse território estratégico. As suas cidades são vistas como novos macropolos (juntamente com Palmas, Uberlândia, Campo Grande, Cuiabá e Porto Velho), espaços com significativas carências estruturais que devem ser supridas a partir de densos investimentos públicos, sobretudo no setor de serviços, a fim de que seja reforçado o seu papel primaz no desenvolvimento da região (BRASIL, 2008). No que se refere ao novo macropolo de Belém, o estudo sugere a intensificação de políticas públicas, principalmente na área de serviços, visando a sua consolidação como polo, além de servir como ponto de apoio à expansão econômica da grande fronteira produtiva representada pelo litoral do Norte e do Nordeste.

O terceiro dos territórios estratégicos é o “Centro-Norte”, formado por cerrados orientais, com menores índices de desenvolvimento, ocupação mais recente e baixos níveis de renda. Dele, destaca-se a presença dos novos subpolos estratégicos de Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA), que apresentam forte potencial de integração do Pará, Maranhão e Tocantins numa única região articulada cujos principais eixos indutores de ocupação e desenvolvimento são os transportes multimodais, sob o comando bipolarizado de Belém e São Luís. Deve-se salientar que essa realidade apresenta forte potencial para configuração de uma “rede de cidades policêntricas”.

Para finalizar, é importante destacar que os estudos apresentados guardam em comum o fato de que Belém tem cada vez mais sua importância reduzida ou relativizada dentro da região amazônica. Isto se deve à forma dispersa e difusa com

¹ No conjunto das onze macrorregiões foram selecionados vinte e dois subpolos com o objetivo de que eles contribuíssem ainda mais na ordenação do território, facilitando a integração nacional e criando centros de produção, consumo, controle e geração de conhecimento.

² De acordo com o estudo, essa definição está relacionada ao fato de se verificar características de bipolaridade no espaço amazônico e pré-amazônico oriental, sob o comando de São Luís e Belém.

que se deu o desenvolvimento do capitalismo na região, que fez com que outras metrópoles assumissem a dianteira no comando dos fluxos. É assim, por exemplo, que os estudos destacaram, de modo geral, a importância de metrópoles nacionais (São Paulo e Brasília/Goiania) e regionais (Manaus e São Luís), paralelamente a incapacidade de Belém de servir como mediadora das dinâmicas regionais.

Há permanência da centralidade urbana de Belém na Amazônia? Uma abordagem centrada na rede de abastecimento e distribuição da CEASA

Para demonstrar a permanência da centralidade urbana de Belém dentro da Amazônia, apresentamos dados referentes ao abastecimento e à distribuição de mercadorias dentro da região realizada a partir da CEASA, que ajuda a reforçar o papel desta metrópole como um importante centro mediador do capitalismo. Antes, porém, faz-se necessário destacar, ainda que de modo sumário, a fundamentação teórica que serve de base para essa compreensão.

Neste sentido é que recuperamos as contribuições de Santos e Silveira (2011). Ao discutir os atuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais da produção, exortam para o fato de que o estudo apenas da repartição das atividades entre os lugares, bem como a divisão territorial do trabalho pode levar a uma visão mais estática do espaço de um país, onde cada pedaço do espaço aparece como parte da especialização produtiva do território.

Segundo os autores, para entender o funcionamento do território deve-se apreender o movimento, o que justifica a necessidade de uma proposta fundamentada nos *circuitos espaciais da produção* definidos pela circulação de bens e produtos, que permitem uma leitura da dinâmica em que os fluxos são centrais. Ao lado do circuito espacial da produção, devem-se acrescentar os *círculos de cooperação*, formas desenvolvidas pelo capital para dar unidade à produção. Embora separados em diversos lugares e empresas, podem ter um comando unificado, possível pelos fluxos imateriais, tais como, capitais, informações, mensagens e ordens.

Para promover a reprodução da mercadoria no território nacional, circuitos de distribuição e consumo estendem-se por todo o país. Uma expressão disso é a CEASA, que depois da década de 1970, instalou-se em vinte estados da Federação, sobretudo na chamada “região concentrada”, onde o número de armazéns é de 15 em São Paulo, cinco no Paraná, quatro no Rio de Janeiro, quatro em Minas Gerais e dois no Rio Grande do Sul (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

No Pará, a CEASA foi criada pelo decreto nº 4.489 de novembro de 1973, interligada ao Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), e inaugurada somente em 13 de março de 1975. Inicialmente, foi criada e administrada pelo governo federal. A comercialização dos produtos

hortifrutigranjeiros foi forçada a ocorrer nas dependências de Belém, por mais que ela não fosse o destino final.

Desde a sua fundação, a CEASA passou por muitas mudanças, tanto na infraestrutura (construção de armazéns, mercado do produtor, asfaltamento de ruas etc.), quanto no volume de comercialização e na concorrência (interna e externa). Neste caso, destaca-se o grande crescimento do setor varejista no país, principalmente pela concentração das grandes redes de supermercado, que tem feito com que a CEASA tenha seu papel de distribuição limitado.

Como destacaram Santos e Silveira (2011), os supermercados, na atualidade, são elos fundamentais das cadeias de distribuição e produção dentro do país. Eles participam na criação de marcas e oligopolizam algumas produções, alterando calendários de pagamento e comandando parte significativa do comércio varejista.

Mesmo reconhecendo a relativa fragilidade dos dados empíricos para apontar generalizações sobre a centralidade da metrópole no contexto de difusão do meio técnico-científico e informacional – que exige a incorporação de variáveis relativas à modernização do território – este trabalho busca sustentar e desvendar outros papéis e significados da metrópole de Belém na região. Não se pretende negar seu papel de centro urbano relacional, como propõe Trindade Jr. (1998; 2005), que a conecta aos vetores modernos da globalização. Busca-se apresentar outro aspecto da centralidade, o da produção de redes e fluxos de caráter nacional e regional, em certo sentido, com baixo nível de modernização quando se toma como referência o período técnico-científico e informacional. A proposta é mostrar que a inserção da metrópole de Belém na globalização não anula funções mais tradicionais por ela exercidas, o que nos impõe a necessidade de focar nossa análise no eixo das permanências.

As redes de abastecimento da CEASA de Belém

Para que se entenda o papel de Belém como um ponto nodal da rede de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros na Amazônia é importante mostrar inicialmente como essa produção, realizada em diferentes lugares do Brasil e do mundo, chega até a metrópole de Belém. A partir daí, é distribuída para uma porção significativa da região em foco.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os caminhos principais da produção que abastece os comerciantes atacadistas e/ou varejistas da CEASA de Belém são: a) a compra da mercadoria de um atravessador, denominado comprador, que a obtém junto ao produtor; b) a compra da mercadoria diretamente do produtor, sem a presença de intermediários; c) a compra da produção de outro atacadista, com destaque para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), mas também para a CEASA de Minas Gerais, Goiás e Juazeiro da

Bahia, RIDE Petrolina; d) a compra de outro atacadista da mesma CEASA, chamado de permissionário; e) a produção trazida e comercializada pelo próprio produtor na CEASA, que para isso precisa pagar uma taxa de administração.

Deve-se ressaltar que o abastecimento da CEASA de Belém é realizado de forma direta - a partir de 21 estados brasileiros - e indireta - via CEAGESP, a partir de países como Argentina, Chile, Turquia, Itália e China (PARÁ, 2012). No primeiro caso, pode-se dizer, tomando como referência o ano de 2011, que os estados que mais tiveram relevância nesse processo de abastecimento foram: o próprio estado do Pará, responsável por 19,81%; Bahia, com 18,53%; São Paulo, com 16,83%; Ceará, com 13,87%; e Goiás, com 6,94%. Porém, essa ordem não é fixa. Fatores exógenos, como excesso de chuvas, secas, interrupções de estradas etc., podem alterar essa dinâmica ao longo do tempo.

Na figura 1 demonstra-se, de forma mais precisa, a representação do abastecimento da CEASA de Belém. É possível verificar que os fluxos de mercadorias tem se dado de forma direta, saindo da área de produção com destino a CEASA, e de forma indireta, saindo da área de produção, passando por um entreposto de comercialização. Neste último caso, a CEAGESP destaca-se como o principal entreposto que fornece mercadorias para a CEASA de Belém, principalmente, os produtos de São Paulo, do sul do Brasil e do exterior.

A figura 1 revela a importância assumida pela região Nordeste, com destaque para a Bahia e o Ceará, que são, respectivamente, o segundo e quarto fornecedores mais importantes do país. Além dos cinco estados destacados na figura 1, existem ainda outros importantes centros produtores que ajudam no abastecimento de Belém: Pernambuco, Minas Gerais e Paraná. Contudo, é preciso reafirmar que a ordem dos cinco estados mais importantes não é fixa, podendo ser alterada, a depender dos fatores exógenos. Ao tratar especificamente do fornecimento de mercadorias para CEASA, um dos permissionários entrevistados nos oferece uma noção precisa da importância do nordeste na rede abastecimentos de Belém:

A nossa mercadoria vem dos Estados da Bahia e Pernambuco. Da Bahia vem de Juazeiro e de Pernambuco vem geralmente de Petrolina e São Vicente.[...] Nós comercializamos uma faixa de 20 caminhões semanais, que chega todo dia, de domingo a domingo. A banana é o único produto que pode ser descarregado todo dia, mesmo no domingo quando a CEASA é fechada, porque no caminhão ela amadurece rápido e nós temos que colocar na câmara frigorífica (Carlos Henrique, proprietário do comercial Mazola, entrevista realizada em 22 de dezembro de 2011- Grifo nosso).

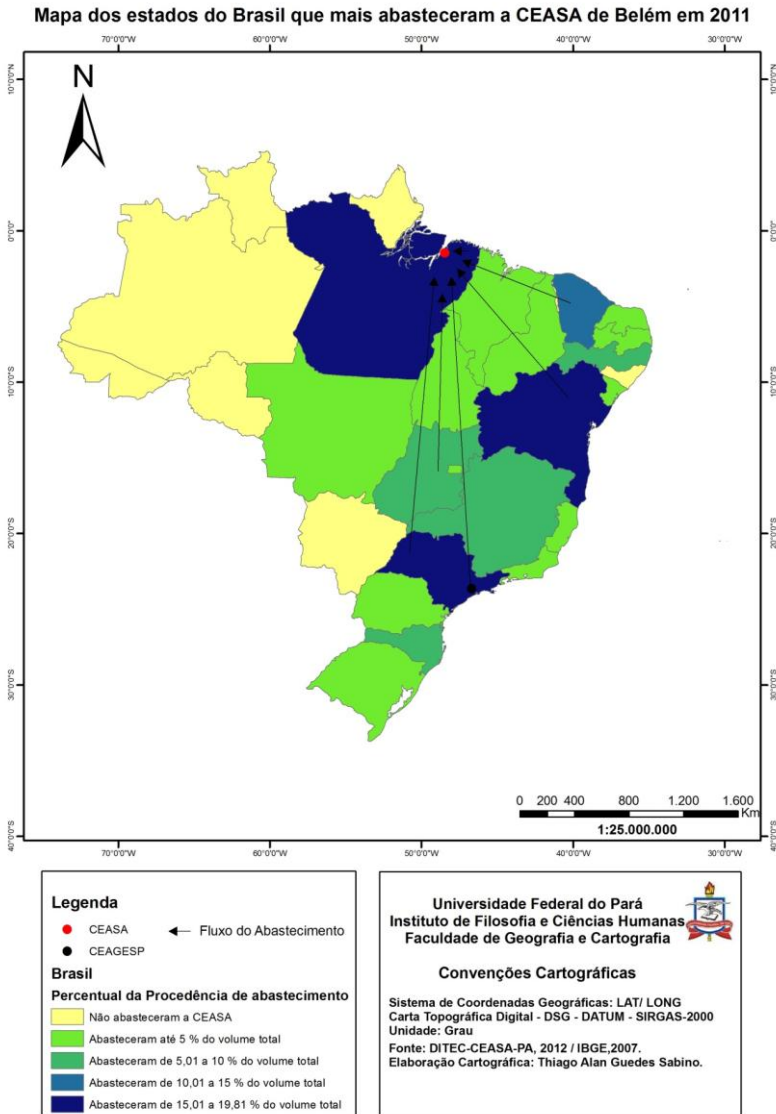


Figura 01: Cinco Estados do Brasil que mais abasteceram a CEASA de Belém em 2011. Comentário: Estes cinco Estados juntos corresponderam á 75,98 % do abastecimento da CEASA

Quanto ao abastecimento indireto, representado na figura 1, pode-se apontar o papel assumido por São Paulo (CEAGESP) como principal centro de abastecimento, não apenas da CEASA de Belém, mas do Brasil. Como demonstrou

Oliveira (2004), o volume comercializado pela CEAGESP indica que este é muito mais do que local de comercialização de mercadorias. Tornou-se um centro formador de preços do setor hortifrutigranjeiro do país, de tal forma que os cadernos de economia dos principais jornais de São Paulo publicam as suas cotações de frutas, legumes, verduras, pescado etc. Cabe ressaltar que a produção distribuída pela CEAGESP para CEASA de Belém é proveniente não apenas de São Paulo, mas também de outros estados brasileiros, especialmente do Sul, e do exterior, principalmente da América Latina.

Em relação às conexões a montante – a rede de abastecimento – da CEASA de Belém, é preciso discutir mais de perto a importância assumida pelos municípios paraenses no processo. Na figura 2 nota-se o predomínio de cidades da porção nordeste do Pará, cujo potencial agrícola data do período da colonização da área do entorno da Estrada de Ferro de Bragança, a chamada Zona Bragantina (PENTEADO, 1967). À exceção desta área, foi possível identificar na coleta de dados como importantes fornecedores de produtos para Belém principalmente os municípios de Canaã dos Carajás (fornecedor de banana) e Floresta do Araguaia (produtor de abacaxi).

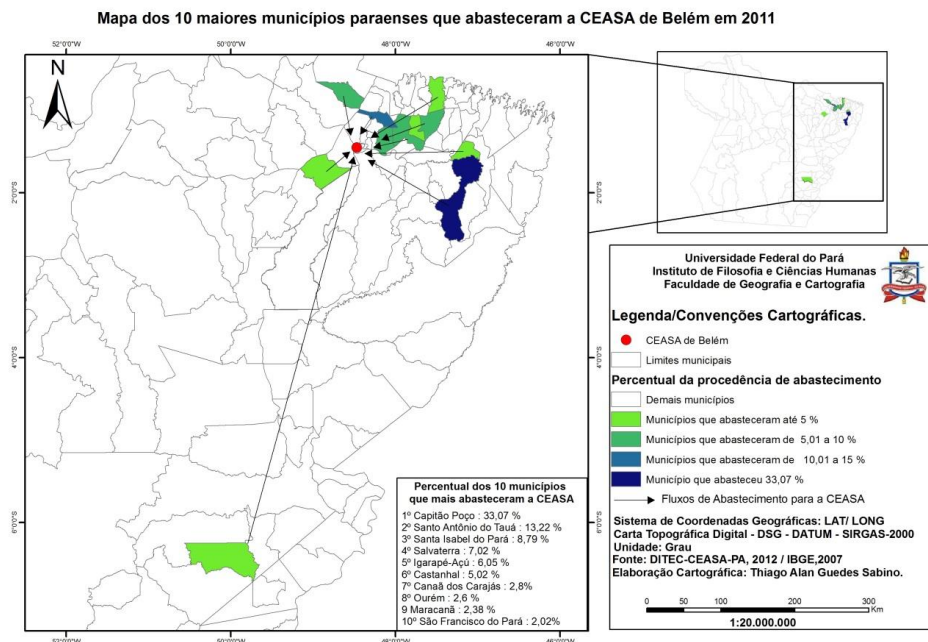


Figura 02: Mapa dos dez maiores municípios paraenses que abasteceram a CEASA de Belém em 2011. Comentário: Estes 10 municípios juntos corresponderam a 82,73% do abastecimento de todo o Estado do Pará em 2011.

Dos cinco produtos mais comercializados na CEASA de Belém, a banana prata é o principal. No ano de 2011, foram comercializados 38.436.064 kg, o que correspondeu a 13,35% da comercialização total da CEASA (PARÁ, 2012). O abastecimento deste produto acontece na maior parte pela importação *in natura* dos estados do Nordeste, destacando-se a Bahia com o município de Juazeiro, e Pernambuco com os municípios de Petrolina, São Vicente e Machado, onde a produção ocorre o ano inteiro.

É comum também, algumas vezes a chegada de banana prata de São Paulo, principalmente direto da CEAGESP, que já recebe o produto de vários locais do país. Entretanto, de maio a julho há o abastecimento do próprio estado do Pará, principalmente por meio dos municípios de Canaã dos Carajás, Eldorados dos Carajás, Tucumã, Novo Repartimento e Tucuruí, importantes na produção desta cultura no Pará. Porém, o abastecimento dos municípios paraenses não inibe a importação dos outros estados do país. Apesar do Pará possuir mais municípios abastecendo a CEASA com a produção de banana, eles não conseguem competir com a produção nordestina, principalmente a de Pernambuco.

O tomate é o segundo produto mais comercializado na CEASA. Apesar de ser produzido em diversos estados, está submetido às oscilações de safras, dependendo das condições abióticas a que é exposto. Além disso, existe ainda uma questão de variabilidade. O tomate longa vida, com um formato mais arredondado, é produzido principalmente em São Paulo - onde se destacam os municípios de Elias Fausto, Sumaré, Capão Bonito, Apiaí, São Carlos, Itapevi, Itapeva e Guapiará - entre os meses de janeiro e maio e distribuído pela CEAGESP; em Minas Gerais, enfatizando os municípios de Uberlândia, Uberaba, Araxá, Araguari, São Gotardo, São José da Varginha, Barbacena, Carmópolis de Minas e Lagoa Dourada; e, Goiás, com Anápolis e Cristalina, entre os meses de abril e outubro. Quando ocorre a falta do tomate longa vida neste três estados e grande oferta no sul do país, o abastecimento pode se originar do município de Caçador (SC), concentrando-se nos meses de dezembro a janeiro.

O tomate italianinho, ou comumente denominado de rasteiro, é oriundo principalmente do nordeste, destacando os estados de Pernambuco, com os municípios de Petrolina, Petrolândia, Camocim de São Felix, Floresta, Salgueiro, Garanhuns, São Joaquim do Norte e Cabrobó; da Bahia, com os municípios de Irecê, Jequié, Jacobina e Seabra; da Paraíba, destacando os municípios de Boqueirão, Campina Grande e Sumé; e do Ceará, proveniente da Serra de Tiangá. O Pará, apesar de também produzir esta fruta, não é capaz de suprir a demanda do mercado. A produção é comercializada próximo do seu local de cultivo, dentro do próprio município.

O terceiro produto mais comercializado na CEASA é a batata-inglesa, procedente em sua grande maioria de Minas Gerais, principalmente de Araxá, Pouso Alegre, Uberlândia, Uberaba, Bom Repouso, Perdizes, Araguari, Nova Monte, Conquista, Patrocínio, Ipuíuna, Montes Claros, Varginha, Vargem Grande

e Sacramento, e do Paraná, com destaque para Contenda, Lapa e Campo Largo. Há também a produção proveniente de São Paulo, via CEAGESP, particularmente dos municípios de Monte Mor, Piedade, Vargem Grande do Sul, Elias Fausto e da própria capital. Além disso, esporadicamente cabe destacar a produção goiana de Cristalina.

O quarto produto mais importante em termos de comercialização é a cebola que, a exemplo do tomate, possui ampla distribuição no país. O maior fornecedor é a região nordeste, sobretudo entre os meses de maio e outubro, em que se destacam os estados de Pernambuco, através dos municípios de Petrolândia, Petrolina, Parnamirim e Cabrobó, e da Bahia, com Juazeiro e Irecê, os dois maiores abastecedores deste produto na CEASA de Belém. Além do nordeste, a produção chega, principalmente entre os meses de dezembro e fevereiro, via Rio Grande do Sul, dos municípios de São José do Norte, São José do Ouro e Erechim, bem como da Argentina³. De São Paulo, a maior parte dos produtos vem da CEAGESP, dos municípios Piedade, São José do Rio Pardo, Itapeva, Capão Bonito, Tapiraí, Pilar do Sul e Ibuina. De Minas Gerais, destacam-se Uberaba, Ibiá, Campos Altos, São Gotardo, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Juliana e Contagem. De Goiás, a produção vem de Cristalina. Resumidamente, podemos dizer que a produção do país está concentrada no Vale do Rio São Francisco, no Triângulo Mineiro e no sudeste paulistano.

O quinto produto é a laranja pera, a fruta mais cultivada no Pará, particularmente no nordeste do estado (Capitão Poço, Ourém, Garrafão do Norte e Irituia), cuja participação é fundamental no abastecimento da CEASA de Belém. A produção do nordeste paraense possui a maior safra entre os meses de julho e dezembro, com ápice no mês de agosto, e consegue abastecer em 100% a CEASA. Contudo, no período da entressafra da produção paraense o fornecimento da laranja pera é intensificado em outros estados, especialmente Sergipe, com os municípios de Boquim, Lagarto, Salgado e Estância, nos meses de janeiro a março; e São Paulo, com os municípios de Bauru, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Marília, São José do Rio Pardo, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, entre dezembro e março.

Considerando as redes de abastecimento aqui apresentadas, pode-se afirmar com mais evidência que a metrópole de Belém, em que pesem as afirmações em contrário, ainda funciona como um ponto de mediação fundamental nos fluxos econômicos que atingem a região amazônica. Neste sentido, são equivocadas as análises que postulam a perda de importância da metrópole de Belém na Amazônia, ao menos no que se refere ao papel de entreposto comercial para produtos hortifrutigranjeiros. Para sustentar ainda mais a hipótese aqui levantada, apresentamos a rede de distribuição dos produtos da CEASA de Belém para mostrar que a centralidade desta metrópole não se limita apenas ao Estado do

³ A cebola da Argentina é enviada para os barracões na Fronteira do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, onde é re-emballada em sacos de 20 kg e exportada para outros Estados da Federação. Por isso, dificilmente a cebola produzida na Argentina vem direto para a CEASA.

Pará. Ela atinge também parte da porção oeste do Maranhão, o Estado do Amapá e parte do Amazonas.

As redes de distribuição da CEASA do Pará

A CEASA de Belém é responsável pela distribuição de mercadorias, de forma direta e indireta, para aproximadamente 100 municípios do Pará, estado do Amapá, oeste do Maranhão e parte do Amazonas, sobretudo, Manaus. Embora muitas cidades não dependam totalmente do abastecimento realizado via CEASA, como é o caso daquelas localizadas no sudeste paraense (Marabá, Redenção, Parauapebas etc.), não se pode desprezar o papel por ela exercido, particularmente pela presença de filiais de empresas cujas sedes ainda se encontram em Belém. As cidades que tiveram filiais abertas a partir de grupos da CEASA de Belém foram Parauapebas, Tucuruí e Castanhal, no Pará, e Macapá, no Amapá. As duas primeiras são cidades-sede de grandes empreendimentos minerais e hidrelétricos, respectivamente, o que promoveu maior crescimento populacional da região e maior articulação com redes verticais externas à própria região e ao país. As duas últimas são consideradas cidades polos para as regiões em que se inserem, mantendo conexões com redes horizontais, especialmente com Belém, e verticais. No caso das cidades que possuem filiais de empresas de Belém, como Castanhal, Parauapebas e Tucuruí, por exemplo, observou-se que parte significativa do abastecimento é feito diretamente por São Paulo, Bahia, Pernambuco etc., sem passar necessariamente pela CEASA de Belém, o que torna os custos mais interessantes, principalmente em termos de transporte. Dentre as empresas, as duas mais importantes no que se refere ao volume de comercialização são a Fort Fruit e a Super Frutas. A respeito desse processo assim se posicionou o gerente da Super Frutas:

Nós possuímos filiais em Parauapebas e em Castanhal. No Caso de Parauapebas já desce direto de São Paulo pra lá, não passa por aqui [Belém]. Lá dá uma Carreta mista na segunda e outra na quinta. Em Castanhal, dá uma média de três caminhões mistos do Nordeste por semana, mas a loja de lá é complementada com mercadorias daqui. (...) as duas (...) são cidades fortes, onde circula o dinheiro, né? *Em Parauapebas é inviável vim para cá [o caminhão] e depois voltar de novo. Assim a carga vem de São Paulo e já entra direto pra lá, diminuiu muito o custo.* Já em Castanhal, a cidade tem condições de receber três caminhões mistos por semana. Assim a gente faz os caminhões mistos com mercadoria do Nordeste e vem um pouco de cada. *O resto que não vem de lá a gente completa com produtos daqui da loja e os nossos caminhões levam. [...] A gente manda uma faixa de uns dois a três caminhões pra lá, só pra filial, fora que muita gente de lá vem comprar aqui. É uma praça forte.* (Bruno Pagotto S. Nunes, gerente da Super Frutas, entrevista realizada em 22 de dezembro de 2011, grifo nosso).

Deve-se ressaltar que no início da criação das Centrais de Abastecimento no Brasil, Belém foi escolhida para ser a base a partir da qual se daria a

distribuição de produtos hortifrutigranjeiros na Amazônia. Embora Manaus tenha sido contemplada com uma CEASA, não se pode compará-la, em termos de volume de comercialização, com a existente em Belém, especialmente quando se verifica que parte das mercadorias passava pela metrópole, antes de atender as suas necessidades e as dos demais municípios do Amazonas e da porção ocidental da região (BRASIL, 2008).

No período da inauguração, a CEASA de Belém tornou-se o principal polo de abastecimento deste tipo de mercadoria dentro da Amazônia, exercendo a função de um verdadeiro entreposto comercial e reforçando a centralidade da metrópole na região. Na atualidade, porém, é necessário advertir que as transformações pelas quais a região passou, em termos de circulação – construção de estradas, aeroportos, hidrovias, rede de telecomunicações etc. – e de investimentos realizados em novas tecnologias, como as frotas de caminhões-frigoríficos, acabou favorecendo a realização de fluxos mais verticais e diretos entre as áreas de produção e consumo em determinados períodos do ano, sem necessariamente passar pelo controle direto da metrópole de Belém. É o que ocorre, por exemplo, com Santarém, Altamira e Manaus na maior parte do ano, exceção feita à época do chamado “inverno amazônico⁴”, quando os fluxos provenientes de Belém voltam a ser de suma importância devido à falta de trafegabilidade das estradas que ligam essas cidades ao restante do país.

A figura 3 procura sintetizar a rede de distribuição de mercadorias realizada pela CEASA de Belém, que expressa, em grande medida, a centralidade ainda exercida pela metrópole na região. Na figura 3, é possível destacar três áreas como as mais importantes na rede de distribuição de Belém. A primeira delas é o nordeste paraense e a Ilha do Marajó, considerados pelos permissionários da CEASA como os principais mercados consumidores de suas mercadorias. Nesta área, os municípios que mais se destacam em relação ao volume comercializado são: Bragança, Tailândia, Paragominas, Abaetetuba, Cameté, Barcarena, Breves e Salvaterra.

⁴ Corresponde ao período do verão no hemisfério sul, do dia 21 de dezembro a 21 de março. Na Amazônia, este período possui maior intensidade de chuvas e, por isso, as pessoas associaram a época chuvosa ao inverso.

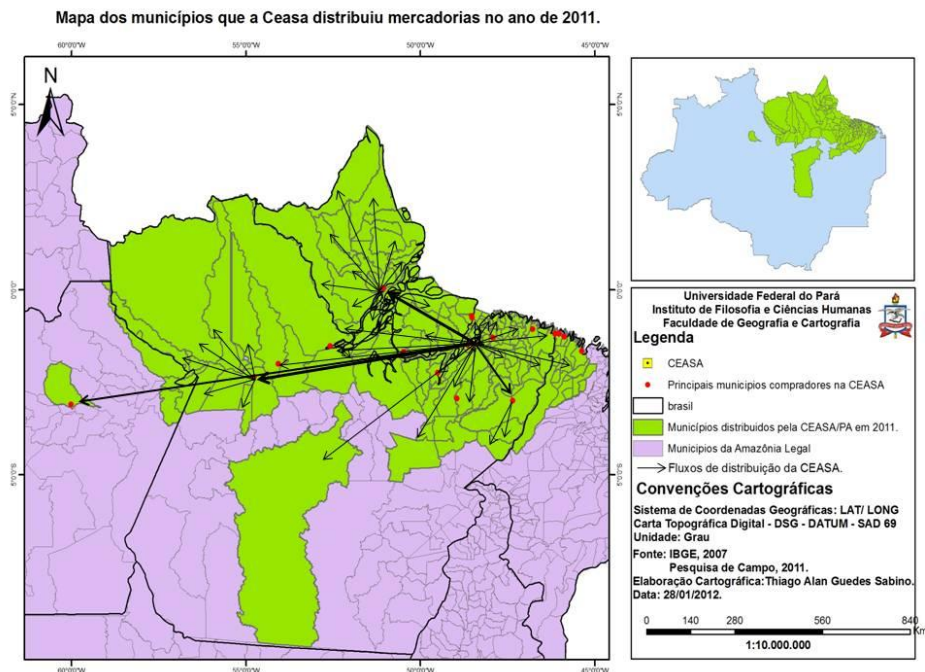


Figura 3: Mapa dos municípios que a Ceasa distribuiu mercadorias em 2011.

A segunda área refere-se ao estado do Amapá, cujo abastecimento ocorre através de Macapá. No trabalho de campo, constatou-se que saem da CEASA de Belém em direção à Macapá entre dez e quinze carretas por semana. Em relação à cidade de Belém, esse número é bem maior, pois existem mercadorias embarcadas no porto e em balsas particulares que não passam pela CEASA. Um dos compradores de Macapá, que se desloca toda semana para fazer compras em Belém, relata:

Eu compro aqui uma vez por semana, no domingo pra segunda. Eu mando duas carretas mistas, com 30 toneladas cada. [...] *Aqui eu já compro há uns dez anos.* (...) a gente compra de fora, mas é geralmente na primeira semana do mês. A gente se reúne, três ou quatro compradores e puxa um caminhão de batata, um de cebola, um de tomate, aí dá pra puxar. *Porque de fora tem que pagar a vista, e também pagar o frete logo que chega. Aqui, a gente já ganha um prazinho. Mas a frequência maior é daqui da CEASA, pois toda semana além das minhas duas carretas, vai mais seis, pois somos quatro compradores que vem comprar aqui. Só que ainda tem a Fort Fruit.* (Carlos Augusto, comprador de mercadorias de Macapá, entrevista realizada em 30 de janeiro de 2012, grifo nosso).

A empresa Fort Fruit é a única da CEASA que possui uma filial na cidade de Macapá. De acordo com Felipe⁵, vendedor da empresa, a quantidade enviada para a filial da cidade é bem expressiva.

Pra nossa filial de Macapá sai em torno de oito a dez carretas por semana. [...] Uma parte vem pra cá pra fazer o transbordo de mercadoria para se despachar pelas carretas, além de pegar a guia de trânsito da ADEPARÁ, que passa aqui por nós. Mas outra parte já passa direto pra balsa. (Felipe, vendedor da empresa Fort Fruit, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2012, grifo nosso).

A terceira área em destaque na figura 3 refere-se à Santarém e ao Baixo Amazonas e a Manaus. Embora não se compare a importância exercida no passado, quando a região era abastecida basicamente pela CEASA de Belém, não se deve desprezar o papel ainda exercido por Belém durante o “inverno amazônico”. De acordo com o Sidney Oliveira, coordenador de mercado da CEASA, o fornecimento para estas cidades ainda é bastante expressivo, assim como para alguns municípios do oeste maranhense. Nas suas palavras:

Pra Manaus é mais ou menos de quatro a seis [carretas]. Pode ir de balsa ou de barco. Pro Maranhão da mais ou menos de três a quatro por semana. [Quanto a Santarém?] Olha é um total de seis caminhões por semana, que vai por barco. Porque um comerciante manda tomate, outro batata, frutas e, se conferir tudo, dá por aí (Sidney Oliveira, coordenador de mercado da CEASA, entrevista realizada em 27 de janeiro de 2012).

Dentro da região metropolitana de Belém pode-se dizer que distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros é bastante significativa, sendo os clientes outros atacadistas: feirantes, redes de supermercados, mercadinhos, restaurantes, bancas de frutas etc. O município de Castanhal, incorporado recentemente à região Metropolitana de Belém, também é um dos mais representativos, junto à Ilha do Marajó e ao Nordeste Paraense em relação ao volume comprado na CEASA de Belém. Neste município, além da presença de filiais de empresas privadas de Belém, há o projeto de interiorização da CEASA. Esta, em 1990, inaugurou o Mercado Livre do Produtor de Castanhal, que assim como o localizado na CEASA de Belém, visa atender a demanda do pequeno produtor que traz a sua mercadoria para ser comercializada na cidade.

A comercialização e distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros da CEASA ocorrem de domingo a sábado, abastecendo todos os municípios que fazem parte da rede. Todavia, algumas regiões e municípios se destacam na aquisição das mercadorias por dia de comercialização, como verificado no quadro 1. Embora apareçam Manaus e Santarém, bem como suas respectivas regiões, deve-se ressaltar que elas não são atendidas pela CEASA de Belém o ano inteiro, apenas no “inverno amazônico”. Neste momento de escassez, a CEASA de Belém proporciona uma resposta rápida no envio de mercadorias por meio de aviões e

⁵ Este entrevistado não quis fornecer seus dados pessoais.

barcos, um dos motivos da elevação do preço das mercadorias nestes locais, como relataram alguns compradores da CEASA:

Eu mando de avião pra Manaus, quando falta a mercadoria lá eles me ligam e eu compro e mando, principalmente produtos que não aguenta de barco, como cheiro-verde, pimentinha, limão. Eles me ligam na quinta, e eu mando na sexta. Aí eles vendem até domingo (João da Ninhaça, entrevista realizada em 28 de janeiro de 2012, grifo nosso).

Algumas empresas do interior do Estado já começaram a comprar determinados produtos diretamente de fornecedores localizados fora da região amazônica. Além disso, há a intenção da própria direção da CEASA em promover a desconcentração da mesma, para diferentes municípios-polo dentro do Estado do Pará, principalmente na sua porção Sul e Sudeste. Este é um processo incipiente, que não chega a ofuscar, por enquanto, a distribuição realizada pela CEASA de Belém.

Quadro 1: Distribuição semanal dos produtos comercializados na CEASA de Belém

Dias de Distribuição das Mercadorias	Municípios ou Regiões que mais adquirem as mercadorias neste dia
Domingo/Segunda-feira	Região metropolitana de Belém, Santarém, Castanhal, Bragança, Cametá, Paragominas, Macapá (Estado do Amapá) e Manaus (Estado do Amazonas).
Segunda-feira/Terça-feira	Região metropolitana de Belém, Abaetetuba, Baião, Mocajuba, Barcarena, Moju, Capanema e Tailândia.
Terça-feira/Quarta-feira	Regiões em que a mercadoria é transportada via fluvial, particularmente o Arquipélago do Marajó (Breves, Curralinho, Muaná, Melgaço, Portel e Bagre) e o Baixo Amazonas (Monte Alegre, Almeirim e Santarém).
Quarta-feira/Quinta-feira	Região Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Oeste do Estado do Maranhão (Carutapera, Maranhãozinho, Maracaçumé, Governador Nunes Freire, Presidente Figueiredo).
Quinta-feira/Sexta-feira	Região Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense.
Sexta-feira/Sábado	Região Metropolitana de Belém e Varejão da CEASA.

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

Considerações Finais

Entender a centralidade urbana exercida pela metrópole de Belém na região amazônica, considerando o processo de abastecimento e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros realizados pela Central de Abastecimento do Pará, significa enfrentar o desafio de analisar o processo de expansão recente do

capitalismo nessa porção do território brasileiro, os fluxos e redes que produzem novas verticalidades, ao mesmo tempo em que mantêm algumas velhas horizontalidades. Por mais que essa metrópole seja um vista como um “centro urbano relacional” (TRINDADE JR, 1998), não se pode desprezar o fato de que ela ainda mantém a função de mediadora de fluxos decorrentes da circulação de mercadorias que, embora na maior parte produzidas em outras regiões ainda tem a metrópole de Belém como de suma importância no processo de circulação dessas mercadorias. Isto sugere à geografia a necessidade de pensar a acumulação também no processo de circulação (HARVEY, 2005).

Os dados aqui discutidos permitem afirmar que a metrópole de Belém, através da CEASA, centraliza uma rede de abastecimento e de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros fundamental para grande parte da região amazônica (SABINO, 2012). Não se deseja com esta afirmação, contudo, dizer que a velha relação polo-hinterlândia ainda se mantém na Amazônia. Na verdade, constatou-se que embora o processo de distribuição de mercadorias na região tenha se alterado ao longo do processo de integração ao restante do país, com o aparecimento de outras redes que não tem centralidade em Belém – a exemplo da maioria das pertencentes à Amazônia Ocidental e algumas porções da Oriental, como parte do sul e sudeste do Pará – não se pode desprezar a permanência da centralidade de Belém para alguns fluxos.

Para o estado do Amapá, principalmente através de Macapá e diferentes municípios acessados pela via hidroviária, percebe-se ainda uma grande dependência para com a metrópole de Belém no acesso às mercadorias, não apenas aquelas da CEASA, mas também para o comércio de modo geral (AMARAL, 2010). Dentre os fatores que explicam essa manutenção da centralidade de Belém na relação com Macapá, pode-se destacar: a inexistência de ligações rodoviárias com o restante do país, o que é reforçado pelo fato de que as principais vias de integração da Amazônia às demais regiões brasileiras tem Belém como seu ponto de chegada e/ou saída; o preço elevado do frete dos caminhões, em função tanto da distância física, quanto das dificuldades em se conseguir mercadorias em Macapá para voltar carregado (na maior parte das vezes o “caminhão volta batendo”, uma forma dos caminhoneiros dizerem que o caminhão volta vazio); a ausência de capitais com capacidade de adquirir mercadorias diretamente de suas fontes de produção, em geral localizadas fora da região, o que reforça a dependência para com os grupos econômicos de Belém que tem condições de “comprar a vista e vender a prazo”; a grande variação de produtos na CEASA facilita a montagem de carretas mistas, reduzindo custos e possibilitando a escolha dos melhores produtos, uma vez que não existe a obrigação de comprar com apenas um fornecedor (SABINO, 2012).

Para Manaus e Santarém a distribuição de mercadorias ocorre apenas no período chuvoso, quando fica difícil a circulação rodoviária devido à precariedade das vias. Neste período, a CEASA de Belém fornece mercadorias pela via fluvial e

aérea, o que acaba encarecendo o preço dos produtos nestes locais. Para as cidades como Tucuruí e Parauapebas, que já compram de fora do estado, sem que os fluxos passem por Belém, verifica-se a presença de empresas, cuja matriz está localizada na CEASA de Belém. Portanto, o comando ainda acontece na metrópole. Em outras cidades que compram apenas parcialmente de fora do estado, a CEASA ainda possui grande importância como abastecedora de produtos hortifrutigranjeiros, como é o caso de Castanhal.

Por fim, é preciso reforçar a ideia de que embora Belém, por meio da CEASA, funcione como centro de distribuição de mercadorias dentro da região amazônica, sua produção ocorre principalmente em outras porções do território brasileiro, particularmente, no Vale do São Francisco, Goiás, Minas Gerais e estados do sul e sudeste, via distribuição realizada pela CEAGESP (São Paulo). Este dado acaba reforçando a necessidade de pensar a acumulação capitalista num contexto geográfico expansivo, reforçando que apesar do impulso para a acumulação se expressar no processo produtivo pela criação da mais-valia absoluta e relativa, não se deve ignorar o fato de que a criação do valor depende da capacidade de sua realização por meio da circulação (HARVEY, 2005).

Referências

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais**: A metrópole de Belém e as cidades médias na Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP). 2010. 347p. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BECKER, B. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: volume III – Regiões de referência. Brasília: MP, 2008.

BROWDER, John O; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. A organização urbana. In: **Geografia do Brasil**, Região Norte, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Vol. 3, 255-71

HARVEY, D. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência de cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; UNICAMP. Universidade de Campinas. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2002. Volumes 1 e 4.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos do INPUR**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.109-138, jan./jul. 1999.

SABINO, Thiago Alan Guedes. **A metrópole e a região na Amazônia. O papel e os significados da CEASA na centralidade de Belém**. (Monografia de conclusão de curso) Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SATHLER; MONTE-MOR; CARVALHO. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, ano 19, nº 1, pp. 11-39, jan.-abr., 2009.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. f 395. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VELTZ, Pierre. Zonas, polos, redes: la economia de archipiélago. In: _____. **Mundialización, ciudades y territorios**. Barcelona: Ariel, 1999.

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Metropolização e Cidades Médias na Amazônia: as relações estabelecidas entre Belém e Castanhal”, que recebe apoio do Programa de Apoio ao Doutor Pesquisado (PRODOUTOR-212), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Márcio Douglas Brito Amaral

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, mestre em Planejamento do Desenvolvimento - Núcleo de Altos Estudos Amazonicos e graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará.

Rua Augusto Corrêa, 01. Guama. 66075-110 – Belem-PA–Brasil.

E-mail: marcioamaral@ufpa.br

Thiago Alan Guedes Sabino

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará, técnico em Geodésia e Cartografia pelo Instituto Federal do Pará e bolsista do Núcleo de Estudos Urbanos do Instituto do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará – IDESP

E-mail: thiagoalan2000@yahoo.com.br

Recebido para publicação em novembro de 2013

Aprovado para publicação em abril de 2014